



GOVERNO FEDERAL
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Ata da XII Plenária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Brasília/DF.
02 de outubro de 2013

Empresa ProixL Estenotipia

ATA DA XII REUNIÃO ORDINÁRIA

1 Aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, no Auditório do Anexo I,
2 Térreo, do Palácio do Planalto, Brasília/DF, foi realizada a XII Reunião Ordinária do
3 Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Consea, órgão de assessoramento da
4 Presidenta da República, instituído através da Lei nº. 10.683, de 28 de maio de 2003, em seu Art. 1º, § 1º, inciso III, e pela Lei 11.346, de 15 de setembro de
5 2006 e regulamentado pelo Decreto nº. 6.272, de 23 de novembro de 2007. A lista de
6 presença encontra-se anexa. Pauta: Manhã: 1. Aprovação da pauta, da ata da XI Plenária e Informes – Maria Emília Lisboa Pacheco – Presidenta do Consea – 9h às
7 9h30. 2. Consumo Alimentar Adequado, Saudável e Sustentável: Proposições e desafios – 9h30 às 13h. 2.1. Apresentação do vídeo “Criança, a alma do negócio” – 9h30
8 às 9h40; 2.2. Panorama do Sistema Alimentar e Desafio para o Consumo Saudável –
9 Inês Rugani – Diretora do Instituto de Nutrição da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) – 9h40 às 10h; 2.3. Rotulagem e Publicidade dos Alimentos – Ana
10 Paula Bortoletto – Representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) – 10h às 10h20; 2.4 Balanço das Ações do governo – Arnaldo Campos – Secretário
11 Executivo da CAISAN e Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério de Desenvolvimento Social e Patrícia Jayme – Coordenadora-
12 Geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde – 10h20 às 10h40; 2.5. Propostas e Reflexões do Consea – Sônia Lucena – Coordenadora da Comissão Permanente sobre Consumo, Nutrição e Educação (CP7) – 10h40 às 11h. Intervalo para almoço – 13h às 14h. Tarde – 14h às 17h. 3. Aprovação de propostas de Exposições de Motivos e/ou recomendações das Comissões Permanentes, dos Grupos de Trabalho e da comissão de Presidentes(as) dos Conseas Estaduais/Distrital – relato dos(as) coordenadores(as) das instâncias – 14h às 17h. 4. Encerramento. Composição da 1ª Mesa: Arnaldo Campos – Secretário Executivo da CAISAN e Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério de Desenvolvimento Social; Maria Emília Lisboa Pacheco – Presidenta do Consea; Valéria Burity, Secretária Executiva do Consea Nacional. Dando início aos trabalhos do dia, a Presidenta do Consea Nacional, Maria Emília Lisboa Pacheco, deu boas vindas aos presentes, com a apresentação do Item 1. Aprovação da pauta, da ata da XI Plenária e Informes – Maria Emília Lisboa Pacheco – Presidenta do Consea. A pauta da XII e a ata da XI Plenária foram aprovadas sem observações. Em seguida, foram apresentados os Informes da Presidência, quando Maria Emília noticiou que: 1) A Exposição de Motivos da Plenária anterior, a respeito dos direitos territoriais de povos indígenas e populações tradicionais, não foi ainda encaminhada aos Conselheiros por estarem sendo aguardadas informações atualizadas da situação das terras indígenas, que serão dadas pela Funai - Fundação Nacional do Índio. 2) A proposta de Exposição de Motivos sobre os impactos dos transgênicos, que seria tratada nesta Plenária, foi adiada para o dia 03 de dezembro de 2013, tendo em vista audiência com o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação e o Presidente da CTNBio - Comissão Nacional de Biossegurança, quando concluiu-se pela necessidade de a CTNBio debater o documento do Consea para depois dialogar com o Conselho. Quando do encontro com o Ministro, foi solicitado que o Conselho de Ministros se reúna, visto que isso aconteceu só uma vez desde que foi instituído. Em seguida Renato Sérgio Jamil Maluf registrou a importância desse diálogo entre Consea, CTNBio e MCTI. 3) Será realizado o Seminário SAN e Saúde Mulheres Indígenas. As Comissões Permanentes do Consea e Grupos de Trabalho ficaram

47 incumbidos de indicar suas representações. 4) Será organizada, pelo Consea, uma
48 comitiva de visita às comunidades indígenas de Dourados e Sidrolândia, no Mato
49 Grosso do Sul, prevista para os dias 15 e 16 de outubro de 2013. No dia 17 do mesmo
50 mês, acontecerá uma reunião com órgãos governamentais e lideranças daquela regi-
51 ão, com o objetivo de escutar as etnias sobre o quadro de insegurança alimentar e
52 violação do direito humano à alimentação. Participarão da comitiva: Conselho Nacio-
53 nal de Segurança Alimentar e Nutricional - Consea, Fundação Nacional do Índio - Fu-
54 nai; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Sesan; Ministério do
55 Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS; Secretaria Especial de Saúde In-
56 dígena - Sesai, do Ministério da Saúde; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Edu-
57 cação - FNDE, do Ministério da Educação; Secretaria Nacional de Articulação Social;
58 Secretaria Geral da Presidência da República; Secretaria de Direitos Humanos; Con-
59 selho Nacional de Saúde; Conselho Nacional de Justiça; Ministério Público Federal;
60 Secretaria Nacional de Segurança Pública; Diretor Geral do Departamento da Polícia
61 Federal; Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Estaduais; Câmara
62 Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional e Consea Estaduais. O relatório
63 dessa visita será encaminhado ao Governo e o Supremo Tribunal Federal. 5) Foi
64 apresentada ao Conselho a nova Assessora no Consea Nacional, Marina Lima. Em
65 seguida, foi apresentado o Item 2. Consumo Alimentar Adequado, Saudável e Susten-
66 tável: Proposições e desafios. O intuito desta discussão é fortalecer o debate a respei-
67 to do tema em questão, tendo como resultado uma Exposição de Motivos. Para elabo-
68 rar este ponto da pauta, desempenharam papéis importantes o Grupo de Trabalho
69 Publicidade e representantes da Sociedade e Governo. Em seguida, foi apresentado o
70 Item 2.1. Apresentação do vídeo “Criança, a alma do negócio”, realizado pela empre-
71 sa Maria Farinha Produções, dirigido por Estela Renner e apoiado pelo Instituto Alana.
72 O filme critica as inúmeras propagandas direcionadas ao público infantil, fazendo com
73 que as crianças sejam cada vez mais consumistas. O vídeo demonstra a necessidade
74 de se controlar o excesso publicitário com regulamentações governamentais. Após a
75 apresentação do vídeo, passou-se para um momento de reflexão sobre as denúncias
76 envolvendo o Programa de Aquisição de Alimentos e servidores e o Diretor da Com-
77 panhia Nacional de Abastecimento, Sílvio Porto. Maria Emília falou da necessidade
78 premente da continuidade do PAA, sua operacionalidade pela Conab e o reconheci-
79 mento da importância do mesmo, no Brasil. O Consea manifestou solidariedade a Sílvio
80 Porto, protestando contra a maneira com que a imprensa se referiu a ele. Diante
81 do assunto, a Comissão de Presidentes de Conseas Estaduais refletiu a respeito e
82 elaborou uma manifestação de apoio aos envolvidos, e a necessidade de todos os
83 Conseas Estaduais divulgarem de forma criativa e dinâmica o que faz o PAA, e seus
84 resultados pelo Brasil. Da mesma forma, as organizações sociais se comprometeram
85 em fazê-lo. O Consea Nacional também debateu o assunto e se manifestou a respei-
86 to. Em seguida, o Conselheiro Naidison de Quintella Baptista fez leitura da ‘Declara-
87 ção da Comissão de Presidentes dos Conseas Estaduais sobre o Programa de Aquisi-
88 ção de Alimentos, ressaltando sua importância na promoção da Segurança Alimen-
89 tar e Nutricional, na realização do Direito Humano à Alimentação e no fortalecimento
90 da agricultura familiar. Assim como seu reconhecimento inquestionável nacional e in-
91 ternacionalmente, sendo referência para diversos programas similares em outros paí-
92 ses, beneficiando milhares de pessoas ao longo de seus 10 anos. Da mesma forma, a
93 Companhia Nacional de Abastecimento, através da Diretoria de Política Agrícola e
94 Informações, dirigida com ética e segurança por Sílvio Porto, tem cumprido papel de-
95 terminante na efetivação do Programa. Por esses motivos, e tantos outros, a CPCE

96 condenou a atitude da Polícia Federal, ao agir na operação denominada de “agrofan-
97 tasma”, que investiga supostas irregularidades e desvios de recursos no Programa,
98 quando foram detidos 10 agricultores, um funcionário da Conab no Paraná, Valmor
99 Bordin, bem como a convocação para depor na Polícia Federal, do Diretor de Política
100 Agrícola e Informações da Conab, Sílvio Porto. Foi considerado que, apesar de poder
101 haver falhas no Programa, não se poderia configurá-las como má fé na gestão dos
102 recursos públicos e nem confundi-las com supostas, e não comprovadas, irregularida-
103 des na sua execução, desqualificando-o e comprometendo sua continuidade. Falou-se
104 da importância da Conab como órgão executor do PAA e do reconhecimento e confi-
105 ança no seu Diretor de Política Agrícola e Informações, Sílvio Porto, gestor público
106 reconhecido pela sua ética e retidão no exercício da função pública. Por fim, a CPCE
107 recomendou que o assunto seja debatido em todos os Conselhos de SAN nos Esta-
108 dos, Distrito Federal e Municípios. Em seguida, passou a se pronunciar o Conselheiro
109 Carlos Eduardo O. de S. Leite, fazendo a leitura da seguinte Exposição de Motivos.
110 Antes, porém, informou que no dia 26 de setembro, o Comitê Consultivo do PAA, sob
111 a liderança de Arnaldo Campos, Secretário do Comitê, juntamente com movimentos e
112 organizações sociais, fez um balanço do processo que está ocorrendo na Conab. Na-
113 quele momento foram pensadas medidas de mobilização social e iniciativas no campo
114 da divulgação e da leitura crítica sobre os acontecimentos. Também o Governo, atra-
115 vés do Grupo Gestor, teve um momento de reflexão e aprofundamento de quais me-
116 didas tomar sobre o caso. Em seguida à sua fala inicial, o Conselheiro fez a leitura do
117 documento, enfatizando a importância do PAA para o Sistema e Política Nacional de
118 Segurança Alimentar e Nutricional e para uma nova cultura de gestão de programas
119 intersetoriais e de cunho social. No documento, o Consea manifestou sua satisfação
120 com os importantes avanços obtidos nos 10 anos de existência do PAA, consolidados
121 como um importante instrumento de integração entre o fomento produtivo e econômi-
122 co da agricultura familiar e proteção social das populações em situação de risco ali-
123 mentar. Ressaltou o reconhecimento internacional do Programa. O documento abor-
124 dou as inúmeras vantagens e resultados trazidos pelo PAA às milhares famílias brasi-
125 leiras que dele necessitam. Destacou que qualquer retrocesso em relação ao PAA
126 seria um retrocesso no esforço do Governo Federal de combater a pobreza e a fome e
127 na garantia do direito humano à alimentação adequada. Foi observado que é a Conab
128 a responsável por operacionalizar e executar o PAA, desde sua criação, em julho de
129 2003, de forma transparente e comprometida com os objetivos do Programa, e com
130 trabalho reconhecido em todos os espaços em que atua, seja Governo ou Sociedade
131 Civil. Foi também tratado no documento a trajetória do Diretor de Política Agrícola e
132 Informação da Conab e Conselheiro do Consea, Sílvio Porto, que sempre se mostrou
133 comprometido com a inclusão social da agricultura familiar, agroecologia e segurança
134 alimentar e nutricional, dizendo que Sílvio Porto foi protagonista no desenho e na im-
135 plementação do PAA, e tem tido, desde o início do Programa, uma conduta compro-
136 metida com as organizações da agricultura familiar, sobretudo aquelas mais pobres e
137 com maiores dificuldades de inclusão social e cidadã. Sendo também um dos princi-
138 pais colaboradores e também um dos mais atuantes nos debates do Consea na defe-
139 sa das pessoas e famílias que se encontram à margem da cidadania, sempre de for-
140 ma ética, transparente e democrática. Portanto, diante das alegações imputadas aos
141 agentes públicos e agricultores e agricultoras familiares, o Consea ressaltou a impor-
142 tância de que seja observado o Art. 11 da Declaração Universal dos Direitos Huma-
143 nos, de 1948, que dispõe que “toda pessoa acusada de um delito, tem o direito de ser
144 presumidamente inocente até que sua culpabilidade tenha sido provada de acordo

145 com a lei, em julgamento público, no qual lhe tenham sido asseguradas todas as ga-
146 rantias necessárias à sua defesa”. Ainda, o documento mencionou a necessidade de
147 que os relatos que vierem à tona, ainda que sob segredo de Justiça, que supostamen-
148 te tratam de irregularidades do PAA, sejam apurados com a devida isenção. Por fim,
149 diante das razões expostas acima, o Consea recomenda que a Conab continue de-
150 sempenhando o seu fundamental papel na promoção do abastecimento e segurança
151 alimentar e nutricional e que o PAA se mantenha como um dos principais Programas
152 da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo fortalecido, ampliado
153 e aprimorado, nos termos já recomendados e reiterados por este Conselho. Seja en-
154 vidado o máximo de esforços do Estado Brasileiro para resguardar todos os direitos
155 fundamentais de todas as pessoas que estejam sendo investigadas até que sejam
156 definitivamente julgadas. Seja realizado, conforme proposto pelas entidades da socie-
157 dade civil, participantes do Comitê Consultivo do PAA, momento de reflexão e diálogo
158 com os movimentos sociais e os Ministros da Secretaria Geral da Presidência da Re-
159 pública, dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Desen-
160 volvimento Agrário, e, posteriormente, com órgãos de controle social, a fim de apro-
161 fundar o debate sobre os aprimoramentos do Programa, levando-se em consideração
162 formas de gestão que atendam as especificidades do seu público titular de direitos.
163 Sejam fortalecidas estratégias de visibilidade do Programa de Aquisição de Alimentos,
164 para facilitar a compreensão de seus objetivos, funcionamento e importância para a
165 segurança alimentar e nutricional da população brasileira. Em seguida, Sílvio Isopo
166 Porto, Diretor da Conab, se manifestou a respeito do ocorrido em sua vida nos últimos
167 dias e pelas duas declarações de apoio da Comissão dos Presidentes de Conseas
168 Estaduais e Consea Nacional. Agradeceu a oportunidade de poder falar ao Consea
169 relativamente aos acontecimentos envolvendo seu nome. Informou que sabia da exis-
170 tência da investigação da Polícia Federal, no Paraná, com a qual sempre colaborou e
171 prestou todas as informações solicitadas, nunca se furtando de dá-las, apesar de não
172 saber efetivamente do que se tratava. Mesmo nunca tendo sabido do conteúdo das
173 investigações, foi surpreendido na Conab, por três agentes da Polícia Federal, que o
174 convidaram, gentilmente, a acompanhá-los para depor. Sílvio Porto foi levado coerciti-
175 vamente à sede da PF, apesar de não estar arrolado pelo Juiz, dentre as 30 pessoas
176 que deveriam ser levadas a depor. Ou seja, o Conselheiro deveria ter recebido, por
177 ofício, uma solicitação para se apresentar em hora e data marcadas, como é a praxe.
178 Isso não aconteceu. Por isso considerou que a coincidência de ter sido levado naque-
179 le mesmo dia, juntamente com as 30 pessoas, foi uma forma de dar mais publicidade
180 e mais exposição ao caso, para dizer que a magnitude da ação policial é de extrema
181 importância, pois envolve inclusive um dirigente da Conab a nível nacional. Ao chegar
182 ao local determinado, foram feitas três perguntas singelas, das quais Porto respondeu
183 duas delas; não respondendo a terceira por não ter elementos para tal. E isso foi en-
184 tendido como autoincriminação. Cabe ressaltar que o Conselheiro acompanhou os
185 policiais, sem advogado, demonstrando não ter nada a temer, pois sempre teve por
186 princípio e bom hábito viver do dinheiro de seu salário, segundo suas palavras. Da
187 mesma forma, Sílvio Porto tem a convicção que, no âmbito da Conab, pelo que per-
188 cebe das pessoas conhecidas, não se sabe que ninguém tenha demonstrado enrique-
189 cimento ilícito ou que viva uma vida a não ser aquela que seu salário de servidor pú-
190 blico lhe permita viver. Outra observação foi que apesar de o inquérito apontar para
191 desvio de recursos públicos, o mesmo não indica para aonde foi esse recurso, apenas
192 diz que alimentos não chegaram ao destino; ou produtores que disseram que estão no
193 projeto, não produzem esse ou aquele produto indicado. Ou seja, foi criada uma tese

194 e que o inquérito quer comprovar, apesar de haver muito desconhecimento do funcio-
195 namento do Programa e muito juízo de valor e ilações feitas nas questões apresenta-
196 das. Porto informou que a prerrogativa do indiciamento é da Polícia Federal, ou seja,
197 de fato Porto está indiciado porque dos 18 projetos investigados pela Polícia Federal,
198 em um deles ele é citado como indiciado, em que pese o Juiz ter dito que não está. O
199 Ministério Público entende que nenhuma das pessoas envolvidas deveria ter tido pri-
200 são preventiva decretada, ao passo que o juiz entende que 11 pessoas deveriam ter
201 sim a decretação da prisão preventiva. No caso de Porto há uma divergência de en-
202 tendimento, pois foi pedida sua prisão preventiva, busca e apreensão e afastamento
203 funcional, contrariando o entendimento do juiz, dizendo que não era o caso. Essa po-
204 sição é ratificada pela juíza, por entender que Porto não é indiciado, embora esteja, e
205 por entender que não é diretamente investigado, embora esteja sendo. O orador in-
206 formou que ainda neste dia da Plenária deveria ser despachado o resultado de recla-
207 mação ao Supremo Tribunal Federal para dar acesso ao processo e conhecimento
208 aos autos no seu todo. Por fim, Sílvio Porto agradeceu ao Conselheiro Naidison de
209 Quintella Baptista, não só pela leitura da carta da Comissão dos Presidentes de Con-
210 seas Estaduais, mas também pela carta aberta da Asa Brasil - Articulação no Semiá-
211 rido Brasileiro ao Governo Brasileiro e à sociedade sobre os acontecimentos envol-
212 vendo Conab e PAA. Ao mesmo tempo, também agradeceu ao Conselheiro Carlos
213 Eduardo O. de S. Leite pela leitura da Exposição de Motivos e pela carta de apoio ex-
214 pedida pelo Sasop - SASOP - Serviço de Assessoria a Organizações Populares Ru-
215 rais de Salvador. Agradeceu a todos que lhes deram apoio e compreensão. Ao final
216 de sua fala, Sílvio Porto foi aplaudido em pé, como demonstração de apoio e solidari-
217 edade da Plenária. Em seguida, Maria Emília, mais uma vez solidarizou-se com Porto.
218 Arnaldo Campos também se manifestou, falando da importância do papel da Secreta-
219 ria de Segurança Alimentar e Nutricional - Sesan e Ministério do Desenvolvimento So-
220 cial e Combate à Fome - MDS na coordenação do Programa de Aquisição de Alimen-
221 tos. Informou como está sendo acompanhando todo o processo que envolve a Conab
222 e quais medidas estão sendo adotadas. Disse que em primeiro lugar, da parte do Go-
223 verno Federal, não há nenhuma dúvida em relação à importância do Programa, sua
224 continuidade e relevância para a agricultura familiar e para o Sistema Nacional de Se-
225 gurança Alimentar. O Governo Federal também não abre mão dos conceitos fundado-
226 res do PAA: fortalecimento da agricultura familiar, promoção da segurança alimentar e
227 acesso à alimentação de qualidade. Também não abre mão da simplicidade na forma
228 de operar e da descentralização e transparência. Apesar do resultado positivo do Pro-
229 grama, não se pode acomodar, ao contrário, o Governo deve zelar por tomar medidas
230 de qualificação e aperfeiçoamento do Programa. Arnaldo Campos informou que o
231 MDS está tentando ter acesso ao processo que envolve a Conab. Campos informou
232 que em reunião do Comitê Consultivo, onde estavam presentes movimentos sociais,
233 entidades beneficiárias, Ministérios, Comitê Gestor e representações da sociedade, foi
234 consenso o testemunho a respeito do trabalho da Conab, seus funcionários e Sílvio
235 Porto, que nos 10 anos de PAA, nunca houve nenhum tipo de problema ético ou moral
236 na conduta dessas pessoas ou agricultores ou cooperativas. Informou que o Governo
237 também expressou indignação com a forma como a Polícia conduziu o processo, e
238 perplexidade diante do comportamento da mídia. Por fim, Arnaldo Campos falou da
239 preocupação e mobilização do MDS e Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA
240 em relação a esses acontecimentos. Disse que a Ministra está acompanhando a situ-
241 ação. E foi montada uma Sala de Situação para também acompanhar o caso. E o
242 consenso de todos é na defesa do PAA e na melhoria de sua gestão, sem ferir os

243 princípios acima já mencionados. Em seguida, a Plenária se manifestou, em apoio ao
244 PAA, Conab, Sílvio Porto e todos os envolvidos no caso, e contrários à ação da Polí-
245 cia Federal. Ao mesmo tempo, os Conselheiros fizeram observações aos documentos
246 apresentados, com sugestão e recomendação ao Supremo Tribunal Federal sobre o
247 caso. Foi informado pela Plenária que os movimentos sociais criaram um Gabinete de
248 Mobilização, sediado na Via Campesina, para tratar do PAA. Esse Gabinete está re-
249 cebendo e organizando informações dos movimentos sociais sobre o PAA. Os enca-
250 minhamentos retirados deste ponto de pauta foram: i) Correção dos números de pes-
251 soas atendidas pelo PAA; ii) Inserção de conteúdos na Exposição de Motivos do Consea,
252 com redação a ser encaminhada a posteriori pelos proponentes; iii) Correção do
253 texto, nos pontos indicados pelos Conselheiros; iv) A Declaração dos Presidentes de
254 Conseas Estaduais será divulgada; v) A Exposição de Motivos do Consea Nacional
255 será encaminhada à Presidência da República, aos Ministérios e ao STF - Supremo
256 Tribunal Federal. Paralelamente o conteúdo do documento será transformado em Nota
257 Pública, que deverá ser amplamente divulgada; vi) Tanto a Declaração dos Presi-
258 dentes de Conseas Estaduais e a Exposição de Motivos do Consea Nacional foram
259 aprovadas com as observações da Plenária. Em seguida, Maria Emília informou que a
260 Nota retirada da reunião do Comitê Consultivo do PAA, realizada no dia 26 de setem-
261 bro, anunciada pelo Conselheiro Carlos Eduardo Leite, continua recebendo adesões
262 de outros movimentos sociais. Foi solicitado à ASCOM – Assessoria de Comunicação
263 do Consea Nacional que divulgue essa nota dos movimentos sociais. Após a exposi-
264 ção desse assunto, retornou-se ao Item 2. Consumo Alimentar Adequado, Saudável e
265 Sustentável: Proposições e desafios, com a composição da 2ª Mesa: Inês Rugani –
266 Diretora do Instituto de Nutrição da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ);
267 Ana Paula Bortoletto – Representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
268 (IDEC); Elisabetta Gionconda Iole Giovanna Recine – Conselheira do Consea Nacio-
269 nal e Coordenadora da Comissão Permanente sobre Consumo, Nutrição e Educação
270 (CP7) / Especialista/Pesquisadora da UnB; Arnaldo Campos – Secretário Executivo da
271 CAISAN e Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério de
272 Desenvolvimento Social; Patrícia Jayme – Coordenadora-Geral de Alimentação e Nu-
273 trição do Ministério da Saúde. Em seguida foi tratado o Item 2.2. Panorama do Siste-
274 ma Alimentar e Desafio para o Consumo Saudável – Inês Rugani – Diretora do Institu-
275 to de Nutrição da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), que se pronunciou
276 primeiramente agradecendo o convite para estar nesta Plenária, ao mesmo tempo em
277 que parabenizou o Consea por pautar um tema tão importante e central, a Segurança
278 Alimentar e Nutricional. A palestrante contextualizou sua apresentação em sistema
279 alimentar e consumo, questionando qual agenda se pode pensar para as políticas pú-
280 blicas. O consumo alimentar, segundo a palestrante, se apresenta na perspectiva i) da
281 dimensão do direito humano, ii) da dimensão biológica de benefícios para a saúde, iii)
282 da dimensão da prevenção de doenças, iv) da dimensão sociocultural da comida,
283 seus significados e rituais, e a alimentação no contexto contemporâneo; v) da dimen-
284 são econômica e ambiental. Portanto, quando se pensa na agenda da alimentação e
285 consumo alimentar, é preciso ter em mente quatro aspectos: saúde e doença; cultura;
286 iniquidades sociais; sustentabilidade. Segundo a palestrante, o conceito chave a ser
287 tratado é a complexidade. Em relação ao sistema agroalimentar e seus impactos am-
288 bientais, econômicos e sociais, destacam-se os aspectos que têm relação com o con-
289 sumo. Primeiro, as premissas que embasam o modelo agroalimentar não são mais
290 aplicáveis, como clima estável, água abundante e energia barata. No contexto con-
291 temporâneo, algumas implicações se apresentam: globalização, insegurança sanitá-

292 ria, financiamento dos setores envolvidos, concentração de etapas da cadeia aliment-
293 tar e megacorporações, grandes redes varejistas e movimentos contra-hegemônicos.
294 Um destaque apresentado foi o processo de urbanização, globalização e redefinição
295 de identidade cultural, uma coisa dinâmica, viva e coletiva que depende de todos.
296 Dois aspectos principais nesse contexto contemporâneo se apresentam: rotulagem
297 nutricional e regulação da publicidade de alimentos. Então, em relação à mídia e con-
298 sumo, a palestrante considerou que o vídeo anteriormente apresentado mostrou a
299 gravidade do que está sendo tratado nesta Plenária. Por isso é importante se ter a
300 noção das estratégias e recursos alocados pela mídia. É confirmado que hoje há es-
301 tudos mostrando que as crianças não só preferem os produtos de uma determinada
302 marca, como elas os acham mais gostosos, por conta da persuasão das propagan-
303 das. Outra preocupação apresentada foi o crescente consumo de produtos ultrapro-
304 cessados em detrimento de alimentos *in natura* ou minimamente processados. Hoje
305 há uma disponibilidade enorme de produtos de conveniência, aqueles que não são
306 imprescindíveis para a saúde humana. O número de produtos novos que entram nas
307 prateleiras é assustador e há uma disputa ferrenha de qual produto o cliente prefere
308 comprar para compor suas calorias diárias. Os produtos ultraprocessados são alta-
309 mente manipulados, a ponto de não se reconhecer os alimentos ali contidos, e não
310 têm só a ver com a composição nutricional, mas com os hábitos que lhes acompa-
311 nham, como comer vendo televisão ou dirigindo ou usando computador. Os ultrapro-
312 cessados são um grupo de alimentos que reúnem uma série de características noci-
313 vas à saúde e ao Planeta, e que, portanto, devem ser problematizados. Pensando
314 especificamente em relação ao consumo, existe uma agenda importante de questões
315 que têm a ver com a profunda deterioração de culturas alimentares, associando o
316 consumo à desnutrição ou à obesidade. A palestrante sugeriu valorizar uma agenda
317 de trabalho forte no sentido de construir o consumo como ação política. A palestrante
318 disse que em outros países há movimentos de boicote a determinados produtos, (dei-
319 xar de comprá-los) ou 'baicote' (comprar para encorajar a produção de determinado
320 produto). Outra coisa importante nesse âmbito da ação política é o uso racional de
321 bens e serviços. É importante entender que a prática do consumo pode ser pautada
322 na solidariedade, na responsabilidade, na participação social e na cidadania, constru-
323 indo o consumo como uma ação política e prática social. Em relação às políticas pú-
324 blicas, dois desafios são postos: ampliar o horizonte de análise da questão alimentar
325 no contexto contemporâneo e inovar no desenho e processos de trabalho das políti-
326 cas públicas. Inês Rugani informou que o Instituto de Nutrição da Universidade Esta-
327 dual do Rio de Janeiro tem trabalhado com três vertentes: incentivo - estimular a ade-
328 são a práticas saudáveis; apoio - facilitar opções saudáveis entre as pessoas que já
329 estejam motivadas; proteção - evitar a exposição da população a fatores que dificul-
330 tam suas escolhas saudáveis. No Brasil, há duas experiências bem sucedidas, que
331 podem servir de inspiração: a retomada da amamentação como prática cotidiana e o
332 controle do tabagismo. O consumo é uma prática social, portanto, é fundamental en-
333 tender que o sistema alimentar influencia nas escolhas, e não se muda o consumo
334 abordando o indivíduo, mas sim os ambientes macros e micros: ambiente físico (onde
335 comprar), ambiente econômico (quanto custa), ambiente político (quais são as regras)
336 e ambiente sociocultural (valores e atitudes). A palestrante falou da importância da
337 democratização do conhecimento e informação, juntamente com a valorização da cul-
338 tura alimentar como elemento de identidade coletiva. Uma questão central para a ora-
339 dora é ter a ação concreta e intencional de resignificar a comida e o comer no seu
340 sentido existencial e político, e o empoderamento das pessoas em relação às suas

341 escolhas. Quanto às medidas regulatórias, alguns exemplos de ações: taxação de
342 alimentos não saudáveis e subsídios de alimentos saudáveis; regulação da propagan-
343 da; regulamentação das cantinas escolares; composição dos alimentos industrializa-
344 dos e rotulagem nutricional; uso de insumos e agrotóxicos; regulação dos programas
345 sociais. Em relação às ações regulatórias, a palestrante considerou importante que,
346 antes de se pensar na ação em si, deve haver uma reflexão de fundo sobre a questão,
347 e entender a relação Estado/Sociedade quando se discute ação regulatória. Outra
348 questão das ações regulatórias é a perspectiva intergeracional, ou seja, o quanto a
349 ação de uma geração interfere na geração seguinte. Portanto, é importante valorizar a
350 importância tanto das ações determinantes e coletivas quanto das atitudes individuais;
351 consolidar relações horizontais e identificar processos e mecanismos integrativos que
352 consolidam políticas públicas abrangentes que respondam vários problemas da agen-
353 da de alimentação e nutrição. O grande desafio agora é dar andamento ao Plano e
354 Estratégia Intersetorial de Controle e Prevenção da Obesidade na perspectiva do con-
355 sumo alimentar da população. Item 2.3. Rotulagem e Publicidade dos Alimentos – Ana
356 Paula Bortoletto – Representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
357 (IDEC) apresentou o trabalho realizado pelo Idec, uma Organização Não Governam-
358 ental, sem fins lucrativos e independente. O Idec é mantido principalmente por con-
359 tribuições de associados e projetos e ações realizados por ele. Sua missão é promo-
360 ver a educação, conscientização, defesa dos direitos do consumidor e ética nas rela-
361 ções de consumo. Para o Idec, o consumidor não apenas aquele que tem acesso a
362 bens e serviços, mas também aqueles deveriam tê-lo. Dentro da área de atuação do
363 Instituto, alimentação e saúde são sistemas prioritários de atuação. O Idec está dividi-
364 do em cinco grandes áreas de atuação: i) Estudos, pesquisas e testes comparativos;
365 ii) Ações judiciais coletivas; iii) Informação, orientação e educação ao consumidor; iv)
366 Representação em fóruns técnicos e políticos; v) Campanhas públicas de informação
367 e mobilização. Segundo a palestrante, o determinante para fazer escolhas é a influên-
368 cia do ambiente e o acesso à informação da população. Diante de tantas informações
369 sobre produtos alimentícios, escolher o que comer se tornou uma tarefa cada vez
370 mais difícil. Em relação ao acesso à informação, o que se vê é que as informações
371 favoráveis estão sempre em destaque, com linguagem atraente, uso de personagens
372 e pessoas saudáveis, bem estar e felicidade. Em contraponto, muitas informações
373 importantíssimas em relação ao conteúdo nutricional e sua produção simplesmente
374 não chegam aos consumidores, ou se chegam, é de uma maneira maquiada. A rotu-
375 lagem e a publicidade de alimentos, o chamado *marketing* nutricional, são, muitas ve-
376 zes, utilizadas pelas indústrias como um instrumento de educação alimentar e promo-
377 ção da saúde em detrimento dos produtos *in natura*, que não têm rotulagens. Sobre
378 esse assunto, atualmente existem alguns decretos e resoluções que regulamentam o
379 que deve ser apresentado nos rótulos dos alimentos: rotulagem geral, rotulagem nutri-
380 cional e informação nutricional complementar. Essas Resoluções são elaboradas pela
381 Anvisa - Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e todas elas passam por harmoni-
382 zação do Mercosul. No entanto, apesar de existir essas regulamentações, as informa-
383 ções nutricionais não são compreendidas pelo consumidor. A palestrante informou
384 sobre uma pesquisa que o Idec realizou, este ano, que mostrou que a população bra-
385 sileira se interessa e busca informações nutricionais nos produtos, mas têm dúvidas e
386 dificuldades em interpretá-las na hora da escolha dos alimentos. Os objetivos princi-
387 pais desse estudo foi compreender os hábitos e percepções do consumidor frente à
388 rotulagem nutricional; compreender a reação do consumidor diante de frases e men-
389 sagens de alerta; e fazer comparação entre pessoas com e sem doenças crônicas.

390 Foram entrevistadas apenas mulheres, pela sua atuação dentro de seus domicílios na
391 hora de escolher os alimentos para a família. Dentre as perguntas, saúde e preço fo-
392 ram os elementos que apareceram com maior frequência. Mais da metade das entre-
393 vistadas desconhecem que há leis regulamentando e obrigando a rotulagem dos ali-
394 mentos. A palestrante seguiu apresentando e detalhando como se deu o questionário
395 elaborado para a pesquisa. E informou sobre o chamado Semáforo Nutricional, elabo-
396 rado no Reino Unido, que consiste em identificar, na parte frontal da embalagem, a
397 quantidade de calorias dos alimentos por cores: vermelha, amarela e verde. A espec-
398 tativa, e já existem resultados direcionados para isso, é que tal estratégia facilite a
399 compreensão do consumidor em relação às informações sobre o produto, não só a
400 quantidade de calorias, mas o teor de açúcares e seus riscos para a saúde. A publi-
401 cidade dos alimentos é um dos instrumentos mais poderosos que as empresas têm
402 para convencer o consumidor, no entanto, com informações distorcidas e apelativas.
403 A legislação brasileira já traz um arcabouço legal que poderia ser interpretado como
404 uma regulação da publicidade como um todo, inclusive de alimentos: a Constituição
405 Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente, que já trazem a questão transver-
406 salmente quando se trata do direito humano à alimentação adequada, em relação à
407 proteção da criança; e o Código de Defesa do Consumidor, que traz regulamentações
408 específicas em relação à publicidade. Além das regulamentações, também existem
409 diretrizes nacionais e internacionais que sinalizam para a necessidade de regulamen-
410 tar a publicidade de alimentos, como é o caso do Plano Nacional de Segurança Ali-
411 mentar, a Política de Alimentação e Nutrição, o Plano de Ações Estratégicas para Do-
412 enças Crônicas, e as Recomendações da Organização Pan-Americana de Saúde,
413 mas que necessitam de regulamentação da publicidade de alimentos voltada ao públi-
414 co infantil. A oradora informou que a Anvisa teve uma iniciativa de desenvolver uma
415 Resolução em relação à publicidade, mas foi suspensa pelas associações das indús-
416 trias, questionando o papel da Anvisa nessa área. A indústria avalia que não há ne-
417 cessidade de normas do poder público, e que a autorregulação é suficiente, no entan-
418 to, a palestrante entende que essa medida não funciona. Por fim, segundo a oradora,
419 a avaliação e as ações em prol da regulamentação, fiscalização da rotulagem e publi-
420 cidade de alimentos são ações estratégicas que fazem parte de um conjunto de ações
421 necessárias para reverter o quadro de saúde da população brasileira, juntamente com
422 a promoção de atividades físicas, educação alimentar e adequação dos produtos. Item
423 2.4 Balanço das Ações do governo – Arnaldo Campos – Secretário Executivo da CAI-
424 SAN e Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério de De-
425 senvolvimento Social e Patrícia Jayme – Coordenadora-Geral de Alimentação e Nutri-
426 ção do Ministério da Saúde. Arnaldo Campos iniciou sua fala dizendo da importância e
427 relevância do tema abordado. Falou dos resultados positivos e da evolução dos indi-
428 cadores do sistema de segurança alimentar, inclusive com o aumento do poder aquisi-
429 tivo da população e o acesso à alimentação. Também foi mencionado a importância
430 da política de valorização do Salário Mínimo. Por conta de mudanças na alimentação,
431 houve uma redução drástica nos últimos anos da mortalidade infantil em decorrência
432 da desnutrição ou diarreia. Isso mostra um conjunto de conquistas importantes da so-
433 ciedade brasileira. Disse ser importante compreender as dinâmicas de como a popu-
434 lação se alimenta e como adquire seu alimento, para que o Governo possa ter estra-
435 tégias de atuação, pois há um distanciamento da alimentação baseada na cultura ali-
436 mentar tradicional, local e regional por parte da população em função dos movimentos
437 de padronização, da globalização e dos padrões de publicidades. Há um conjunto de
438 problemas nos quais a Caisan está debruçada, junto com o Ministério da Saúde e Mi-

439 nistério da Educação, para compreender as dinâmicas alimentares da população e os
440 fenômenos constituídos. A ideia é buscar alternativas de atuação do Governo diante
441 dos vários indicadores, alguns positivos em relação à qualidade dos alimentos, e mui-
442 tos negativos. E a Caisan e Consea, como instâncias de gestão da segurança alimen-
443 tar e nutricional no País, têm um diálogo muito frágil com o setor privado. Finalizando
444 sua fala, Arnaldo Campos informou que está sendo publicado o segundo número da
445 Revista Ideias na Mesa, onde especialistas abordam a temática da obesidade. A re-
446 vista é virtual. Em seguida, para dar continuidade a este ponto da pauta, a palavra foi
447 franqueada a Patrícia Jayme, que falou em nome do Grupo de Trabalho da Caisan,
448 responsável por preparar o texto sobre o balanço das ações do Governo. Patrícia in-
449 formou que para elaborar o balanço das ações de consumo alimentar, adequado e
450 saudável, a proposta partiu do SisplanSan - Sistema de Monitoramento do Plano Na-
451 cional de Segurança Alimentar e Nutricional do Plano Nacional de Segurança Alimen-
452 tar e Nutricional, que é periodicamente atualizado. O consumo alimentar em si e as
453 práticas alimentares são determinados pelo conjunto das ações relacionadas ao sis-
454 tema alimentar brasileiro, transversalizando com todas as diretrizes do Plano de Segu-
455 rança Alimentar e Nutricional, que tem como destaque, pela relevância na agenda de
456 Segurança Alimentar e Nutricional, as ações de educação alimentar e nutricional no
457 ambiente escolar. A oradora detalhou as questões relacionadas aos agravos e doen-
458 ças consequentes da insegurança alimentar e nutricional, como deficiências nutricio-
459 nais, desnutrição, carências nutricionais e obesidade. E sobre isso, disse que o Go-
460 verno tem feito uma agenda de prevenção e controle, no âmbito do Sistema Único de
461 Saúde e da Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Outra questão abordada foi
462 o controle e regulação dos alimentos e as ações desenvolvidas junto à sociedade civil
463 com o objeto da promoção do consumo alimentar adequado, saudável e sustentável.
464 Outro ponto tratado foi a comercialização, publicidade e difusão do consumo de ali-
465 mentos agroecológicos. E nesse aspecto, a palestrante informou que as ações de
466 educação alimentar e nutricional passaram a ter, do ponto de vista institucional, uma
467 ação conjunta do Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério da Saúde e Minis-
468 tério da Educação, produzindo um marco de referência da educação alimentar e nutri-
469 cional para as políticas públicas. Esse marco de referência é importante para a im-
470 plementação de uma agenda de educação alimentar e nutricional de forma mais con-
471 sistente no debate da institucionalização das políticas. Patrícia Jayme informou que o
472 Guia Alimentar para a População Brasileira, publicado pelo Ministério da Saúde, está
473 sendo revisado. E nele serão incorporados novos paradigmas do consumo e educa-
474 ção alimentar e nutricional, como os diferentes saberes e as novas práticas alimenta-
475 res, com abordagens necessárias de orientação e comunicação ao consumidor em
476 relação à alimentação. Outro trabalho que está sendo revisado é a publicação dos
477 Alimentos Regionais Brasileiros. A promoção da alimentação adequada, saudável e
478 sustentável deve ter uma abordagem por ciclo de vida, com investimento nos primei-
479 ros anos de vida, com a promoção do aleitamento materno e alimentação complemen-
480 tar saudável. Da mesma forma, ter ações de educação alimentar e nutricional direcio-
481 nada aos beneficiários do Programa Bolsa Família. A palestrante destacou o Progra-
482 ma Saúde na Escola, tido como exemplo de intersectorialidade. O programa foi feito e
483 pensado a mando do Presidente Lula, em 2007, que buscou dar uma resposta mais
484 articulada e coordenada entre as equipes de Saúde e Educação. Um grande esforço
485 que tem sido feito no Plano Brasil Sem Miséria, por meio da Ação Brasil Carinhoso, é
486 a superação da pobreza e da extrema pobreza na primeira infância, através de cre-
487 ches e pré-escolas, pensando que esses espaços não sejam só espaços de inclusão

488 educacional, mas também de oportunidade de promoção da segurança alimentar e
489 nutricional. Outro esforço na agenda de controle e prevenção é o de reduzir e alterar o
490 perfil nutricional dos alimentos processados. Para isso serão necessárias medidas
491 regulatórias. A estratégia intersetorial de prevenção e controle da obesidade é um
492 exemplo de articulação intersetorial, entendendo que a obesidade é uma doença de-
493 terminada pelo aspecto social e ambiental. A expositora informou que o orçamento do
494 Ministério da Saúde tem crescido por volta de 6 a 7% ao ano, e a parte direcionada
495 especificamente à atenção básica teve um aumento, de 2010 a 2012, de 68%, mos-
496 trando, assim, uma decisão política da valorização da atenção básica. Disse que o
497 Ministério da Saúde tem se esforçado no sentido de fortalecer o Sistema de Vigilância
498 Alimentar e Nutricional, como uma ferramenta importante de diagnóstico situacional e
499 de planejamento das ações em saúde. Sobre a agenda de regulação da publicidade
500 de alimentos e rotulagem, Patrícia Jayme informou que a Anvisa e outros atores do
501 Poder Executivo fizeram uma proposição da Resolução 24/2010, que dispõe sobre a
502 propaganda e a oferta de alimentos. Essa Resolução foi questionada judicialmente por
503 diferentes setores da indústria de alimentos, mas esse questionamento não parte so-
504 mente da indústria de alimentos. Isso é uma posição inicial da Advocacia Geral da
505 União, dizendo que essa Resolução deveria ser revogada, questionando a legitimida-
506 de da Agência Nacional de Vigilância Sanitária de dispor sobre o assunto. Por isso há
507 a necessidade de se ter um marco legal que ampare a Anvisa na execução de ações
508 de regulação da publicidade. Do ponto de vista da informação ao consumidor, tem
509 também a questão da rotulagem nutricional, entendendo que ela tem que ser harmo-
510 nizada também no âmbito do Mercosul. Sobre o aleitamento materno, a oradora in-
511 formou que existe um instrumento de proteção do aleitamento materno e da alimenta-
512 ção complementar na primeira infância, que está dependendo da publicação de um
513 Decreto da Presidência da República. Por fim, informou que a Política Nacional de
514 Agroecologia e Produção Orgânica orientou algumas ações estratégicas vinculadas a
515 iniciativas que valorizam o consumo de alimentos com produção agroecológica. Item
516 2.5. Propostas e Reflexões do Consea – Elisabetta Gionconda Iole Giovanna Recine –
517 Coordenadora da Comissão Permanente sobre Consumo, Nutrição e Educação
518 (CP7), informou que quando foi formado o Grupo de Trabalho para preparar esta Ple-
519 nária, o grande desafio foi propiciar um início de agenda em relação ao tema em
520 questão de uma maneira mais organizada e que o Pleno do Consea tivesse a possibi-
521 lidade de olhar o tema em toda a sua dimensão, e que aos pouco o Consea pudesse
522 dar conta de tanta complexidade, e apresentar propostas e iniciativas a si mesmo e ao
523 Governo e Sociedade Civil em relação ao equacionamento dos desafios dessa agen-
524 da. A ideia então foi elaborar um documento com caráter mais provocativo, que pu-
525 desse trazer variadas formas de ver a sua multideterminação. Assim, em seguida, a
526 Conselheira fez a leitura do documento proposto pelo Grupo de Trabalho e Comissões
527 Permanentes a respeito do consumo alimentar adequado, saudável e sustentável,
528 seus desafios e perspectivas e seus diversos aspectos. Nas considerações do docu-
529 mento, foi apresentada a sugestão de tratar da cultura e patrimônio alimentar; propor
530 políticas e ações de controle de preços, como aumento da oferta e acesso a alimentos
531 saudáveis; contextualizar o acesso à informação, por meio da rotulagem e da publici-
532 dade; problematizar a função e o papel desempenhados pelos equipamentos públicos.
533 O abastecimento, produção e consumo devem constar do conceito de alimentação
534 adequada e saudável. Para tanto, propôs que o Consea revise o conceito de AAS –
535 Alimentação Adequada e Saudável. O documento trata da necessidade de esse deba-
536 te dialogar com o processo de estruturação do SISAN, considerando as ações que

537 precisam ser implementadas no nível federal, estadual e municipal. Outros temas tra-
538 tados no documento foram: i) Realização de campanhas contra o consumo excessivo
539 de carne e estímulo ao consumo de peixe; ii) Demandas para a Caisan: - Ampliar a
540 análise dos indicadores relacionados às práticas alimentares; - Revisar e atualizar a
541 Diretriz 3 da Plansan - Política de Segurança Alimentar e Nutricional; - Elaborar um
542 estudo sobre os diferentes projetos de lei no congresso sobre regulação de publicida-
543 de e detalhar o que cabe de legislação na esfera federal, estadual e municipal; - Valo-
544 rizar e ampliar a visibilidade do tema de rotulagem. FNDE/PNAE: - Fortalecer o Pro-
545 grama de Alimentação Escolar Indígena; - Ampliar o monitoramento da qualidade dos
546 alimentos no âmbito do PNAE Indígena; - Considerar que o aumento do valor per ca-
547 pita do PNAE Indígena não garante automaticamente a melhoria da alimentação; -
548 Aprimorar a infraestrutura nas cozinhas escolares do PNAE; - Promover uma Oficina
549 no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar Indígena sobre EAN; - Fo-
550 mentar ações de regulação de venda de alimentos ao redor das escolas públicas in-
551 clusive as indígenas. MDS: - Incluir alimentos in natura oriundos da agricultura familiar
552 nas cestas de alimentos distribuídas no âmbito da Ação de Distribuição de Alimentos.
553 Consea: Solicitar à Casa Civil atualização sobre o andamento da publicação do decre-
554 to que regulamenta a Lei 11265/2006; - Contribuir para o fortalecimento da sociedade
555 civil do tema da regulação da publicidade; - Recomendar à Secretaria Especial de Sa-
556 úde Indígena a priorização da consolidação dos dados nacionais sobre o perfil epide-
557 miológico de populações indígenas e a comparação com a população não indígena.
558 No âmbito interno, o Consea deve: - Estabelecer um Grupo de Trabalho intercomis-
559 sões para definir processo e agenda para continuidade do tema de CAASS: determi-
560 nantes, desafios, prioridades e propostas – A Presidência do Consea e/ou Mesa Dire-
561 tiva, entregar a recomendação sobre publicidade em mãos ao Congresso Nacional e
562 STF - Supremo Tribunal Federal. Após as apresentações da Mesa, deu-se continui-
563 dade aos trabalhos com a manifestação da Plenária a respeito do tema em pauta, va-
564 lORIZANDO a questão e apresentando proposições e observações ao documento de re-
565 comendação do Consea. Houve a proposta de tratar no Consea sobre os preços dos
566 alimentos. Um tema proposto a ser tratado também foi a proteção aos portadores de
567 necessidades alimentares especiais. Foi unânime a felicitação ao Consea pela esco-
568 lha do tema desta Plenária. Foram feitas críticas a campanhas de publicidade para
569 crianças, inclusive as consideradas saudáveis. Nesse aspecto, foram considerados
570 abusivos os *shows* do Ronald McDonald em colégios públicos e privados. Ressaltou-
571 se que a crítica não se dirigiu só a essa empresa, mas a outras tantas que agem no
572 sentido divulgar seus produtos em escolas, mesmo que de forma oculta. Foi mencio-
573 nada a questão dos adolescentes envolvidos na questão da alimentação, e a necessi-
574 dade de uma linguagem mais clara, transparente e inteligível para todos os públicos.
575 Foi levantada a questão da responsabilização de cada ente no que tange aos preços
576 dos alimentos. Criticou-se também o trazer soluções de outros países ao Brasil no
577 campo da alimentação. Falou-se da importância do abastecimento e preços de ali-
578 mentos para a população negra. Foi proposto a Mesa tratar da saída da juventude do
579 campo e vir para a cidade por falta de política para esse grupo. Foi mencionada a
580 questão das cantinas nas escolas, que vendem produtos inadequados para alimenta-
581 ção dos alunos. Houve denúncia sobre o milho transgênico, que está indo para o Nor-
582 deste pelo Programa de Vendas em Balcão da Conab. Foi proposto ao Estado fazer
583 um levantamento de quanto custa para o Sistema de Saúde uma pessoa portadora de
584 doenças decorrentes da má alimentação e quanto o Estado arrecada impostos pelo
585 mesmo alimento. Falou-se da importância de ser considerada a enorme diversidade

586 cultural no modo de se produzir e comer os alimentos. Após a fala da Plenária voltou-
587 se à Mesa para a manifestação dos Expositores. 1) Patrícia Jayme informou que foi
588 priorizado um recorte do Plano de SAN, reconhecendo que o consumo e as práticas
589 alimentares são influenciadas por todo o sistema alimentar. Destacou os impactos dos
590 preços dos alimentos na população de menor poder aquisitivo ou que apresenta uma
591 vulnerabilidade social. Informou que segundo a POF - Pesquisa de Orçamentos Fami-
592 liares, a população mais pobre e a população rural ainda estão protegidas e apresen-
593 tam um padrão de consumo alimentar mais saudável quando comparado com outros
594 quintis de renda. Falou da necessidade e importância de compartilhar os momentos
595 de comensalidade. Informou que nesse sentido, apresentará à Caisan uma proposta
596 de elaboração de um instrumento orientador de como elaborar um Coffee Break, um
597 almoço, respeitando as necessidades alimentares especiais e a culturalidade. Em se-
598 guida, informou que existem 212 bancos de leites, equipamentos da Rede de Saúde,
599 entendidos como equipamentos do SUS, que têm como objetivo garantir a oferta de
600 leite humano para crianças prematuras e de baixo peso. E como sendo um equipa-
601 mento da Rede de Atenção em Saúde, está na Lei Orgânica do Sistema Único de Sa-
602 úde a questão da municipalização e da gestão interfederativa. Então, a gestão do
603 banco de leite humano passa pelo Município e Estado. Assim, a oradora destacou a
604 necessidade do diálogo entre SUS – Sistema Único de Saúde, Sisan - Sistema Nacio-
605 nal de Segurança Alimentar e Nutricional e controle social, nos seus diferentes níveis
606 de gestão. Informou que o Programa Saúde na Escola é um programa de incentivo
607 financeiro do Ministério da Saúde, e apoiado pelo Ministério da Educação, implemen-
608 tado no município por adesão do gestor municipal ao Programa. Em relação à rotula-
609 gem, a palestrante informou que a Anvisa propôs e colocou em consulta pública a re-
610 visão da Resolução que trata das normas gerais sobre o assunto, tornando obrigatória
611 a informação dos ingredientes, além da informação nutricional. Comentou que o Go-
612 verno tem a obrigação de dialogar com todos, inclusive com a indústria sobre o assun-
613 to. Foi dada pausa na reunião para o momento de almoço. Após o intervalo, deu-se
614 continuidade aos trabalhos, na parte da tarde, com o andamento do posicionamento
615 da Mesa. Antes, porém, as propostas apresentadas nos documentos propostos pelo
616 Grupo de Trabalho e Comissões Permanentes foram aprovadas pela Plenária. Conti-
617 nuidade das manifestações da Mesa: 2) Michele Lessa, da Câmara Interministerial de
618 Segurança Alimentar e Nutricional – Caisan, falou da alegria deste debate sobre con-
619 sumo. Em relação às recomendações do Consea à Caisan, as mesmas foram acata-
620 das, assim como a análise de indicadores de consumo. Michele informou que em
621 2014 será lançada a POF - Pesquisa de Orçamentos Familiares sobre Consumo, con-
622 siderando o consumo dos povos e comunidades tradicionais. Sobre a Diretriz 3, a
623 ideia da Caisan é analisar tudo que foi discutido no Plano Intersetorial de Prevenção e
624 Controle da Obesidade e trazer para o Plano de SAN. Sobre os estudos dos Projetos
625 de Lei, a Caisan se comprometeu a fazê-los. A oradora falou da necessidade de se
626 conseguir aprovar um Projeto de Lei em apoio à Anvisa na atuação dela sobre regula-
627 ção da publicidade. Em relação à valorização e ampliação da visibilidade do tema de
628 rotulagem, foi informado que esse assunto não é papel só da Anvisa, mas do próprio
629 MDS. Sobre o controle da obesidade se relacionar com consumo, disse que, na ver-
630 dade, muitas ações que foram apresentadas na Plenária sobre obesidade já são
631 ações da Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade. Sobre qual é
632 o papel dos equipamentos públicos na promoção do alimento saudável, Michele disse
633 que foi discutido na reunião da Caisan que não seria o foco desta Plenária. Mas poder-
634 ia ser em outro momento a discussão se tais equipamentos de alimentação e nutrição

635 de segurança alimentar são promotores de alimentação saudável ou são ambientes
636 obesogênicos. Sobre aprimorar a infraestrutura das creches para alimentação escolar,
637 a oradora lembrou que existe uma parceria do MDS com FNDE para equipar as uni-
638 dades de alimentação e nutrição das creches com 22 tipos de equipamentos. Sobre a
639 inflação de alimentos, foi dito que tem muito acúmulo no Governo no sentido de uma
640 lógica meramente econômica. No entanto, do ponto de vista do olhar da Saúde Públi-
641 ca e da alimentação saudável não tem muito acúmulo, mas estão previstos estudos
642 para entender mais como pautar esse debate. Em relação aos adolescentes, o IPEA -
643 Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada fez uma pesquisa sobre o que juventude
644 brasileira quer, e o resultado foi: em primeiro lugar: educação; segundo lugar: saúde;
645 terceiro lugar: alimentação saudável. Sobre ofertar alimentos in natura aos povos e
646 comunidades tradicionais, foi dito que do ponto de vista logístico é um desafio muito
647 grande a se enfrentar, e há muito tempo o assunto vem sendo discutindo. Por fim, Mi-
648 chele Lessa se comprometeu a levar o assunto ao Comitê Gestor que discute as ces-
649 tas de alimentos. Complementando sua fala, a Conselheira falou que o custo da má
650 alimentação para o Sistema Único de Saúde é de 70% devidos a doenças crônicas
651 não transmissíveis, e meio bilhão por ano com obesidade. 3) Inês Rugani informou
652 que quando não se tem uma clareza da dinâmica da realidade sobre indicadores,
653 acaba-se pegando emprestado o discurso e a solução de outro lugar. Isso é um peri-
654 go, pois se deixa de experimentar possíveis soluções em termos de Políticas Públicas.
655 Reverberou positivamente a ideia de trabalhar com práticas alimentares em lugar de
656 consumo, pois a ideia de práticas extrapola a ideia de escolha e ingestão. Em relação
657 ao público/privado, disse que quando se fala do diálogo do setor público com o priva-
658 do, ou do Estado com o setor produtivo, a questão em pauta é quais são os termos
659 dessa relação. O pressuposto é entender qual é o papel do Estado na hora de ele
660 sentar para conversar ou negociar ou pautar uma regulação. E o que se observa é se
661 as práticas e princípios do interlocutor ferem os princípios das Políticas Públicas e dos
662 deveres do Estado na garantia dos direitos. Portanto, é importante regular essa rela-
663 ção com um código de conduta. Sobre as garantias de boas práticas, as mesmas não
664 se limitam a garantir um bom restaurante que ofereça comida boa, mas também ga-
665 rantir espaços para que as pessoas possam trazer suas comidas de casa, e ter um
666 espaço onde possa se servir adequadamente. Em relação ao cerceamento da infor-
667 mação, a oradora comentou que quando se fala de publicidade de alimentos ultrapro-
668 cessados, há duas discussões: evitar a cultura do consumismo nas crianças e alertar
669 todos sobre os perigos dos ultraprocessados. A oradora falou da necessidade de o
670 Código Sanitário se tornar mais incluyente para os processos produtivos dos peque-
671 nos produtores. Sobre a propaganda, disse que quando se fala desse assunto, só se
672 pensa na publicidade da mídia, mas a presenças das logomarcas no ambiente é um
673 tipo de propaganda. Em relação à alimentação escolar, disse ser importante proble-
674 matizar a questão para a hora do almoço. E que não precisa de cantinas para deixar a
675 escola mais autônoma financeiramente. 4) Ana Paula Bortoletto reforçou a fala sobre
676 os ultraprocessados, dizendo que não é importante só se preocupar em promover o
677 consumo de alimentos saudáveis, mas também ter mecanismos de alerta à população
678 contra o alto consumo de ultraprocessado. Sobre a rotulagem e publicidade, falou que
679 existem inúmeras questões que devem ser trabalhadas, como a lista de ingredientes
680 que aparecem nas embalagens, que não detalha todas as informações do produto.
681 Sobre a rotulagem de transgênicos, informou que já existe uma regulamentação que
682 prevê que todo o produto que tenha pelo menos 1% de organismos transgênicos seja
683 rotulado. Disse que o semáforo nutricional não é perfeito, mas na pesquisa realizada

684 foi questionado se a população conseguiria entender a informação ali contida e como
685 seria utilizada tal informação. Falou da importância de o Consea reverberar as ques-
686 tões que envolvem a publicidade de alimentos e produtos. 5) Albaneide Peixinho in-
687 formou que no campo específico da alimentação escolar foi criado um Grupo de Tra-
688 balho Indígena, e só o fato de se repassar recursos a mais para as populações indí-
689 genas e escolas remanescentes de quilombos não reflete na melhoria do cardápio. Da
690 mesma forma, têm que ser rediscutidos os per capita das outras modalidades de en-
691 sino, em especial a logística e utensílios para as cantinas. Uma proposta para o Con-
692 sea tratar foi a questão das cantinas públicas e privadas, não apenas de escolas, mas
693 de qualquer espaço, como hospitais também. Um problema apresentado sobre essa
694 questão, mesmo que haja a regulamentação das cantinas nas escolas públicas, é
695 quem fiscalizará esses espaços, pois o órgão federal não tem poder para fiscalizar
696 dentro de um estabelecimento privado. Isso cabe aos gestores estaduais e municí-
697 pais, que por serem da área da Educação também não têm poder de polícia. Informou
698 que foi preparada uma oficina sobre alimentação escola indígena, que seria realizada
699 este ano, mas que ficou para o Encontro Nacional, a ser realizado em maio de 2014,
700 com a previsão de 700 pessoas, principalmente Conselheiros de alimentação escolar.
701 Uma discussão entre FNDE e Ministério da Educação é como será pautada nos livros
702 didáticos a questão da alimentação adequada e saudável. A oradora informou que foi
703 realizada uma pesquisa sobre a adesão dos jovens do Ensino Médio à alimentação
704 escolar. E foi confirmando que onde tem cantinas privadas, os adolescentes não fre-
705 quentam e não aderem ao Programa de Alimentação Escolar. E quando aderem, é
706 indiretamente, ou seja, pedem para colegas pegarem seus lanches. Por isso, a dis-
707 cussão deve ser no sentido de como fazer com que haja adesão dos adolescentes,
708 não de forma obrigatória, mas do ponto de vista do convencimento deles. Diferente-
709 mente é o caso da Educação de Jovens e Adultos, que 90% dos alunos aderem ao
710 sistema de alimentação escolar. Em seguida, Maria Emília destacou algumas falas
711 que serão incorporadas ao documento das Comissões. i) Os termos da relação públi-
712 co/privada. Debate que precisa ser retomado pelo Consea. ii) O Consea está tratando
713 de medidas regulatórias para rotulagem e publicidade, dentre outras. iii) Há o desafio
714 para o Consea de um conceito em disputa, que é o conceito dos ultraprocessados.
715 Não é suficiente dizer o que contém no alimento ultraprocessado, mas é preciso saber
716 quem o produz e que impacto ambiental produz. iv) O Consea debater o Código Sani-
717 tário. v) Maria Emília saudou a notícia de que haverá, em 2014, o Encontro Nacional
718 de Alimentação Escolar. Para tanto, foi proposto o Consea sistematizar as questões
719 desta pauta de hoje, e outras que vierem, para enriquecer e dialogar com aquele En-
720 contro. Em seguida, a Diretora do Instituto de Nutrição da Universidade Estadual do
721 Rio de Janeiro, Inês Rugani, fez uso da palavra novamente para explicar do que se
722 trata o termo 'Conceito em Disputa'. Segundo ela, a formalização desse conceito foi
723 publicizada por um grupo de pesquisadores, coordenado pelo professor Carlos Mon-
724 teiro, da USP - Universidade de São Paulo, e que está ganhando força internacional.
725 Basicamente o termo trabalha com a ideia de agrupar os alimentos em função do nível
726 de processamento e do seu propósito. São três grupos: i) in natura ou minimamente
727 processados; ii) ingredientes culinários (componentes extraídos de alimentos que a
728 natureza oferece); iii) combinação dos ingredientes fundamentalmente do grupo II,
729 prontos ou quase prontos para o consumo (tipo biscoitos, bebidas açucaradas). Em
730 seguida, a Conselheira Ekaterine Souza Karageorgiadis fez leitura da recomendação
731 do Consea aos representantes do Poder Legislativo, para que priorizem a tramitação
732 dos Projetos de Lei que propõem a regulação da publicidade de alimentos não saudá-

733 veis, tendo em vista o direito humano à alimentação e os direitos básicos dos consu-
734 midores à informação e à proteção contra publicidades enganosas e abusivas. O do-
735 cumento foi aprovado com observações da Plenária ao texto. Em seguida, a Conse-
736 lheira Mariana de Araújo Ferraz fez a leitura da recomendação do Consea à Anvisa
737 para que fortaleça na sua agenda e dê agilidade aos processos de atualização e quali-
738 ficação de propostas regulatórias de rotulagem de alimentos com a participação da
739 Sociedade Civil, Academia e Governo em prol de uma melhor informação ao consu-
740 midor para a melhoria das condições de saúde da população brasileira. O documento
741 foi aprovado com observações da Plenária ao texto. Antes de ser chamado o próximo
742 item a análise, a Conselheira Sandra Marli da Rocha Rodrigues fez a leitura de uma
743 poesia, de sua autoria, em comemoração à abertura da Semana de Alimentação, no
744 Consea. A Ascom - Assessoria de Comunicação do Consea fará a divulgação da
745 mensagem hora lida. Em seguida foi chamado a tratamento o Item 3. Aprovação de
746 propostas de Exposições de Motivos e/ou recomendações das Comissões Permanen-
747 tes, dos Grupos de Trabalho e da comissão de Presidentes(as) dos Conseas Estadu-
748 ais/Distrital – relato dos(as) coordenadores(as) das instâncias. 1) Grupo de Trabalho
749 de Indicadores – Carmem Priscila Bocchi informou que está sendo produzindo um
750 livreto-folder para ser apresentado e divulgado na 4ª Conferência + 2, para servir de
751 subsídio para as discussões do evento. O folder é uma espécie de atualização do do-
752 cumento produzido pelo Consea, em 2010, com os indicadores de segurança alimen-
753 tar e as suas diversas dimensões. O formato e as informações contidas no folder se-
754 rão apresentados na próxima Plenária. 2) CP 1 - Sistema e Política Nacional de Segu-
755 rança Alimentar e Nutricional - Edécio Vigna solicitou aos Conselheiros da Sociedade
756 Civil que participem das reuniões da CP1. A Comissão tem discutido o Sisan - Siste-
757 ma Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Em seguida, Maria Emília regis-
758 trou que o estudo sobre gastos do Sistema Único de Saúde com obesidade que consta
759 nas recomendações da Anvisa, foi a tese de Doutorado de Michele Lessa, denomi-
760 nada 'Estimativa dos Custos da Obesidade para o Sistema Único de Saúde do Brasil'.
761 3) CP 2 - Macrodesafios Nacionais e Internacionais - Renato Sérgio Jamil Maluf infor-
762 mou sobre a preparação da Plenária de dezembro, que tratará da agenda internacio-
763 nal. Naquele momento será tratada a cooperação internacional do Brasil na área de
764 Segurança Alimentar e Nutricional. O evento contará com a presença do Ministro Luiz
765 Figueiredo, do Itamaraty. Disse que no dia 07 de novembro, o Grupo de Trabalho ser
766 reunirá para tratar da elaboração da reunião. Renato Maluf propôs ao GT de Indicado-
767 res que, na Plenária de dezembro, atualizasse os Conselheiros sobre o DataSan. Em
768 seguida, o Conselheiro Ubiraci Dantas de Oliveira apresentou à Plenária uma propos-
769 ta de Exposição de Motivos sobre o leilão do Campo de Petróleo Libra, elaborada pe-
770 los movimentos sociais e centrais sindicais. O documento manifesta preocupação em
771 relação ao leilão da área de exploração petrolífera denominada de Campo de Libra,
772 previsto para acontecer no dia 21 de outubro de 2013. Os movimentos sociais e cen-
773 trais sindicais têm se pronunciado publicamente contrários aos termos propostos para
774 o referido leilão, e solicitado à Presidenta Dilma Rousseff que acate a demanda pela
775 suspensão da realização do leilão. A proposta é que o Consea encaminhe, em seu
776 nome, o documento à Presidência da República. A proposta de Exposição de Motivos
777 foi submetida à apreciação da Plenária, que após discussão sobre os termos do do-
778 cumento, o mesmo foi retirado de pauta, contrariando o proponente, Conselheiro Ubi-
779 raci Dantas de Oliveira, por não haver viabilidade de votação por falta de quorum. 4)
780 CP 3 - Produção, Abastecimento e Alimentação Adequada e Saudável - Carlos Edu-
781 ardo O. de S. Leite comunicou que o GT de Desenvolvimento e Segurança Alimentar

782 está tendo bons avanços no debate da agricultura urbana. Esse tema está sendo de-
783 batido com a Sociedade Civil através do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança
784 Alimentar. O Conselheiro apelou ao Consea e MDS que garanta a participação da So-
785 ciedade Civil na próxima reunião do GT, com o auxílio de passagens para dois repre-
786 sentantes. Disse que a CP3 tem debatido o PAA e PNAE, e está retomando o debate
787 sobre equipamentos e espaços públicos e consumo. Solicitou ao MDS que reveja
788 seus editais, pois colocam os Conseas Estaduais em uma situação difícil, quando os
789 forçam a dar pareceres ad referendum. Informou sobre a tramitação, no Congresso
790 Nacional, da aprovação da Medida Provisória que altera a forma de liberação de agro-
791 tóxicos no Brasil, que antes era liberado pela SUASA - Sistema Único de Atenção à
792 Sanidade Agropecuária, com autorização do Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Am-
793 ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Anvisa - Agência Nacional de Vigilância
794 Sanitária e MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. E a proposta
795 é que só o MAPA autorize a liberação do produto. Cabe ressaltar que no dia 25 de
796 setembro/2013 a MP foi aprovada na Câmara dos Deputados. E na noite do dia 1º de
797 outubro, foi aprovado no Senado Federal, em regime de urgência. Falta agora a san-
798 ção ou veto da Presidenta da República, que deve acontecer em 15 dias. O Conse-
799 lheiro propôs uma Exposição de Motivos à Presidenta da República, sobre o assunto,
800 no sentido de vetar tal MP. A proposta foi aprovada pela Plenária. Em seguida, Miche-
801 le Lessa anunciou que o edital das universidades, comentado pelo Conselheiro Carlos
802 Eduardo, foi a pedido da Comissão de Presidentes dos Conseas Estaduais. Por isso o
803 MDS incluiu nos editais o aumento de pontuação da Universidade que tivesse reco-
804 mendações dos Conseas Estaduais. Mas isso não obriga que o Consea Estadual re-
805 comende a Universidade. 5) CP 4 - Direito Humano à Alimentação Adequada - Alde-
806 nora Pereira da Silva informou que foi atendida a recomendação da Mesa Diretiva pa-
807 ra realiar uma reunião conjunta das CP4, CP5 e CP6 para tratar dos desafios da dis-
808 tribuição de alimentos. As recomendações tiradas da reunião foram: i) Elaborar um
809 documento de manifestação do Consea, de avaliação dos dez anos de existência da
810 ação de distribuição de alimentos, para identificar impasses, desafios, avanços e
811 perspectivas; ii) Envolver a Comissão de Conseas Estaduais nesse processo; iii) Mar-
812 car outra reunião na próxima Plenária para aprofundar a discussão; iv) Reforçar a so-
813 licitação ao MDS, de inclusão dos ciganos. Dando continuidade às informações da
814 CP4, a Conselheira Célia informou que foi realizada uma reunião ampliada das CP4,
815 CP5 e CP6 para tratar do Protocolo Facultativo do Pacto Internacional dos Direitos
816 Econômicos, Sociais e Culturais. O Protocolo vem avançar como uma ferramenta de
817 exigibilidade e justiciabilidade no âmbito internacional. É o Governo Brasileiro ainda
818 não assinou e não ratificou tal Protocolo. Na reunião, foi dito que há objeção do Go-
819 verno Brasileiro em assinar o Protocolo. Porém o MRE - Ministério das Relações Exte-
820 riores colocou a importância e o Consea discutir o assunto. Da reunião também saí-
821 ram estratégias como: mobilização interna e externa e discussão do tema com mais
822 propriedade no Consea; CP4 elaborar um documento de subsídio sobre o Protocolo
823 Facultativo, para que as Comissões se apropriem dele; o Protocolo será apresentado
824 na próxima Plenária. 6) CP 5 - SAN da População Negra e de Povos e Comunidades
825 Tradicionais - Edgar Aparecido de Moura informou que a Comissão realizou uma reu-
826 nição onde foi preparada a agenda da Presidenta Maria Emília com o Ministério da
827 Pesca e Aquicultura. Estão sendo avaliados na Comissão os resultados da 4ª Confe-
828 rência, referentes aos pescadores e aos relatos dos Estados. Na próxima reunião do
829 Consea, será realizado um encontro com o grupo de pescadores. Foi discutida a pos-
830 sibilidade de ser preparada uma agenda para a Mesa da 4ª Conferência, pensada em

831 territórios tradicionais. Sugeriu-se ao Consea que solicite ao Incra - Instituto Nacional
832 de Colonização e Reforma Agrária e Seppir - Secretaria de Políticas de Promoção da
833 Igualdade Racial posicionamento sobre a situação da comunidade quilombola locali-
834 zada em Brejo dos Negros, no Município de Brejo Grande, em Sergipe, que convive
835 com conflitos de terra. Pediu apoio do Consea ao PL 7.447/2010, que estabelece dire-
836 trizes e objetivos para políticas públicas de desenvolvimento sustentável dos povos e
837 comunidades tradicionais. Propôs envolvimento da Frente Parlamentar de Segurança
838 Alimentar na questão da compra de agrotóxicos. Em seguida, Valéria Burity informou
839 que a Secretaria Executiva do Consea participa de uma Mesa de Diálogo com os mo-
840 vimentos sociais. E o Incra está fazendo um levantamento dos conflitos, das terras
841 que são mais fáceis de serem regularizadas, e das que são mais difíceis, com estra-
842 tégias para os diferentes contextos. A Mesa reúne diferentes atores do Governo para
843 pensar situações e ações articuladas para garantir o acesso à terra e ao território e
844 também às políticas públicas. 7) CP 6 - SAN dos Povos Indígenas - Daniela Sanches
845 Frozi informou dos encaminhamentos da Comissão: necessidade de reforçar a pre-
846 sença do Consea no GT de Alimentação Escolar Indígena; Foi feita uma moção de
847 agradecimento ao compromisso com o FNDE em relação à escuta dos povos indíge-
848 nas relacionados a uma baixa qualidade de alimentação escolar em seus territórios. A
849 Comissão recebeu a presença Itaipu Binacional em sua reunião, que colocou várias
850 questões relacionadas a territórios, dentre elas a necessidade de fortalecimento das
851 ações de segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas, como uma forma de
852 reparação ao dano ambiental causado pelas hidrelétricas; Foi recomendada uma reu-
853 nição com um Grupo de Trabalho da Funai e representantes do Ministério das Rela-
854 ções Exteriores para tratarem da questão das áreas de fronteira e etnias indígenas;
855 Foi informado sobre a preparação da comitiva do Consea ao Mato Grosso do Sul, e
856 reafirmada a data de 15 a 17 de outubro de 2013 para a realização da viagem, apesar
857 de reconhecer que parte do Governo Federal poderá não acompanhar essa comitiva
858 em função de encontros e acontecimentos agendados para esse período; Foi reafir-
859 mada a necessidade de uma audiência com a Presidenta Dilma; Na Comissão, foram
860 aprovados os nomes para participar do Seminário de Mulheres Indígenas: Maria Alaí-
861 des Alves de Souza, Antônio R. D. da Costa (Dourado Tapeba), Mário karaí Moreira,
862 Silvio Ortiz e Letícia Luiza. Foi aprovada a inclusão de cinco vagas para mulheres in-
863 dígenas do Distrito Federal. A Itaipu irá financiar a participação de duas mulheres in-
864 dígenas para participar desse seminário. Encaminhar a necessidade do Ministério do
865 Desenvolvimento Social para a apresentação de pesquisa sobre condicionalidade da
866 saúde e da educação para os povos indígenas relacionados ao Bolsa Família. Propor
867 que o Consea apoie uma campanha junto à Secretaria Geral da Presidência e à Funai
868 em prol da recuperação das áreas degradadas da terra indígena Marãiwatsédé do
869 povo Xavante. Maria Emília informou que o debate sobre área de fronteira e etnias já
870 foi objeto de debatido na CPCE, mas que a Mesa Diretiva tratará o assunto. 8) CP 7 -
871 Consumo, Nutrição e Educação - Sônia Lúcia Lucena Sousa de Andrade solicitou que
872 a CP2 trate da *escala nutricional* (?). O tema deve ser discutido e debatido na próxima
873 Plenária. Em seguida, Maria Emília informou que a Comunidade Brejo dos Crioulos
874 conseguiu a posse das três maiores fazendas, dentre as sete reivindicadas. O Conse-
875 lheiro Mario Karaí Moreira (ArpinSul) informou que os kaingangs tiveram um pequeno
876 sucesso no Congresso Nacional, pois foi suspensa a tramitação do PL 215. Também
877 informou que houve um conflito forte no Congresso, com vários índios feridos. E na
878 parte da tarde, também aconteceu outro embate entre Caiapós e a Tropa de Choque.
879 Em seguida, Maria Emília Lisboa Pacheco informou que a próxima Plenária tratará da

880 Política de Cooperação do Brasil. E agradeceu à Oxford pela cooperação no trato com
881 o tema. Em seguida, apelou à Sesan que estude a possibilidade de disponibilizar re-
882 cursos ao Consea para a vinda de Conselheiros às Plenárias. Mas acima de tudo mo-
883 bilizar as Caisans Estaduais para que elas assumam a garantia da presença dos Pre-
884 sidentes no Consea Nacional nas reuniões do Conselho. Michele Lessa informou que
885 a Caisan está trabalhando no seu limite orçamentário no que concerne à questão de
886 passagens. E propôs a divulgação de um ofício, assinado pela Ministra Tereza Cam-
887 pello, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e Maria Emília
888 Pacheco, Presidenta do Consea Nacional, às Caisans Estaduais, reforçando a neces-
889 sidade de o Governo Estadual financiar a vinda dos Conselheiros dos Conseas Esta-
890 duais. Sem mais a ser tratado, a Presidenta do Consea, Maria Emília Lisboa Pacheco
891 deu por encerrada a reunião, agradecendo a presença e disponibilidade de todos, e
892 desejando um retorno em paz para suas casas.